



Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu



Wetlands
INTERNATIONAL



Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu

Kátia Cristina Favilla | Gilberto Pires | Lílian Ribeiro Pereira
Organizadores

Campo Grande - MS
2019



Wetlands
INTERNATIONAL



Mupam

Esta publicação foi realizada no âmbito do Programa Corredor Azul da Wetlands International, financiada por

dwb ecology

© 2019 Wetlands International Brasil

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido livremente para fins educacionais, de divulgação e outros fins não comerciais. É necessária uma permissão prévia para outras formas de reprodução.

ISBN 978-85-69786-04-7

Esta publicação pode ser citada como: FAVILLA, Kátia Cristina; PIRES, Gilberto; PEREIRA, Lílian Ribeiro (org.). Plano de vida do território indígena Kadiwéu. Campo Grande, MS: Mupan, 2019. Programa Corredor Azul. Wetlands International. Brasil.

Wetlands International

Brasil

+55 67 3045 5456

corredor_azul_pantanal@mupan.org.br

corredorazulpantanal.org

O material apresentado nesta publicação e as designações geográficas utilizadas não implicam nenhuma opinião da Wetlands International Brasil sobre a situação legal de qualquer país, território ou área, em relação à delimitação de suas fronteiras.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Plano de vida do território indígena Kadiwéu / Kátia Cristina Favilla, Gilberto Pires, Lílian Ribeiro Pereira, organizadores. – Campo Grande, MS : Mupan, 2019.
66 p. : il. color., fotos., mapas ; 21 x 25 cm.

Bibliografia: p. 66.
ISBN 978-85-69786-04-7 (broch.)

1. Índios Kadiwéu – Usos e costumes. 2. Índios da América do Sul – Mato Grosso do Sul - Usos e costumes. I. Favilla, Kátia Cristina. II. Pires, Gilberto. III. Pereira, Lílian Ribeiro. IV.

CDD (23) 980.4171

Bibliotecária responsável: Wanderlice da Silva Assis – CRB 1/1279

AUTORIA

Adilene Timoteo	Dalciele de Matos Vaz	Gilce Keli Silva	Marilene Farias
Adriele Dias	Daniele de Matos Vaz	Gislaine Oliveira Trindade	Marlene Farias
Ailton Dias	David da Silva Góes	Giulielson Farias	Marli Farias
Aldecy Nunes Fernandes	Edenir de Souza	Glauciane Farias	Mauro Gota
Altair N. Fernandes	Edmilson Fernandes	Gleiciane Firmo Moraes	Maximino Farias
Ana Lurdes Farias	Ednei de Souza	Guilherme P. da Silva	Nivaldo Victor
Antonia Ramos	Elda Matchua Rocha	Hermes Abicho	Osmar da Silva Marques
Ariele Vergílio	Eliana Abicho	Jackeline da Silva Francisco	Osmar Francisco
Asau da Silva	Eliene Vergílio	Jadirson da Silva	Ramana Martins
Aurea Santos	Elisabeth Rosa	Joamir Timóteo	Regina Derriune Silva
Benício Vergílio	Elisangela Soares	João Farias	Rodiney Moraes
Candido Abicho	Elriene Almeida	Jussara Derriune	Silas S. de Souza
Caroline da Silva Assis	Etelvino de Almeida	Laércio B. Victor	Solange Felix
Catarina de Souza	Eva Firmo	Laércio Fernandes Ramos	Valciso Souza Silva
Cenira Farias Dias	Evelyn Cardoso	Lídia Derriune	Valter Farias
Cicera Luiza Teodoro	Ezequiel da Silva	Lídia S. da Silva	Vanda Pires
Ciriaco Ferraz	Fernando C. Correa	Lucilene da Silva	Vinicius da Silva
Cleidimara Moraes	Geraldina Farias	Lucilene Derriune da Silva	Weverton Abicho
Creuza Vergílio	Gilberto Pires	Madalena Xavier	

Equipe Técnica

Kátia Cristina Favilla, Lílian Ribeiro Pereira, Pedro Paulo Cristofori

Diagramação

Lennon Godoi

Fotos

Kátia Cristina Favilla, Lílian Ribeiro Pereira, Pedro Paulo Cristofori, Julio Fernandes, Áurea Garcia, Maria Carolina Palieraqui e Leandro Barbosa

Revisão

Áurea da Silva Garcia, Rafaela Danielli Nicola, Julio Francisco Alves Fernandes, Marília Leite



Prólogo

Entre os meses de abril de 2018 e março de 2019, nós, da Comunidade Indígena Kadiwéu, nos reunimos para olhar nosso Território e pensar em uma visão de futuro para nossa casa, nossa Terra, nosso povo. Contamos com a parceria da Wetlands International e da Mupan, com o apoio da DOB Ecology, por meio do Programa Corredor Azul - Pantanal. Trocamos ideias, experiências e expectativas com uma equipe técnica de facilitadoras/es formada por Kátia Favilla, Lílian Pereira e Pedro Cristofori.

Nesse período fizemos muitas reuniões e construímos em conjunto um diagnóstico sobre nossa Terra Indígena Kadiwéu (Ejiwajegi). Ampliamos nossa visão sobre o nosso território e sobre as relações que firmamos dentro e fora desse espaço. Debates quais são nossos problemas atuais, como estamos organizados social e economicamente. Avaliamos como somos atendidos pelo Estado brasileiro.

Depois desse diagnóstico propusemo-nos o desafio de pensar no futuro que queremos para nosso Território. Planejamos como queremos viver, como queremos nos relacionar, o que é importante termos dentro de nossas aldeias, como podemos conviver e vivenciar nossa vida entre as aldeias e fora da nossa Terra.

Esses meses de construção coletiva ampliaram a parceria entre as aldeias e fortaleceram os laços que nos unem na Terra Indígena Kadiwéu, nosso Território de uso comum e coletivo. Os resultados de nossas reflexões estão nas pá-

ginas deste Plano que serve para lembrarmos os compromissos firmados, os planos construídos e, também, para nos posicionarmos junto às diferentes esferas governamentais para reivindicar nossos direitos e definirmos coletivamente o futuro que queremos.

Esperamos que todos possam ler nosso Plano de Vida do Território e que este documento também seja importante instrumento para as lideranças de cada uma das aldeias, professoras e professores das nossas escolas. Que seja utilizado nos postos de saúde e nas cidades. E que as crianças e jovens possam olhar para este documento e ver que estamos construindo um futuro e uma Terra Indígena Kadiwéu mais forte e unida, pronta para enfrentar as ameaças que poderiam afetar nossa visão de povo, nossa união e nossa forma de vida única.

Que este nosso Plano de Vida sirva para o Estado brasileiro entender um pouco mais sobre nossa forma de ver o nosso Território, e que busque o diálogo conosco a partir dos nossos desejos e demandas e não de modo padronizado e sem considerar a forma de vida Kadiwéu. Este é o nosso Plano de Vida, esta é a Terra que queremos ver nos próximos anos. Construimos este Plano e agora vamos executá-lo, com nossa união e parcerias.

Comunidade Ejiwajegi (Kadiwéu) das aldeias
Alves de Barros, Campina, Tomazia e Barro Preto





O Programa Corredor Azul

Corredor Azul é um programa da Wetlands International que tem como objetivo salvaguardar a saúde e conectividade das áreas úmidas do Sistema Paraná-Paraguai. Coordenado pelo escritório da América Latina e Caribe, na Argentina,   executado em três áreas úmidas ic nicas do sistema: Pantanal, no Brasil; Esteros de Iberê e Delta do Paraná, na Argentina. Conta com o apoio da DOB Ecology e no Brasil   implementado pela Mupan – Mulheres em A o no Pantanal. O Programa concentra a es em quatro grandes eixos: 1. gera o de conhecimento, 2. a es de campo, 3. mobiliza o de pessoas e de conhecimento e 4. atua o sobre políticas e investimentos.

Salvaguardar a saúde e conectividade do Corredor Azul como importante corredor ecológico, social e econ mico significa apoiar o desenvolvimento local desde seus povos e comunidades até os órgãos governamentais responsáveis.

Os 538.536 hectares da TI Kadiwéu representam aproximadamente 5% da maior área úmida de água doce do mundo e o uso racional de seus recursos naturais, através de conhecimentos ancestrais replicados de gera o a gera o, garantem a manuten o de ecossistemas e modos de vida associados. Dessa forma, contribuir para o Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kadiwéu, por meio do Plano de Vida do Território Kadiwéu,   contribuir para o desenvolvimento territorial sustentável da maior área protegida do Pantanal e para a amplia o da qualidade e extensão de áreas sob manejo sustentável.

Sumário

<i>Prólogo</i>	4
<i>O Programa Corredor Azul</i>	6
<i>Introdução</i>	9
<i>PNGATI</i>	10
<i>O Plano de Vida</i>	12
<i>O Povo Kadiwéu</i>	13
<i>A Terra Indígena Kadiwéu</i>	15
<i>A construção do Plano de Vida Kadiwéu</i>	16
<i>O Método</i>	19
<i>Etapa 1. Sensibilização e Mobilização</i>	21
<i>Etapa 2. Diagnóstico</i>	23
<i>Etapa 3. Planejamento</i>	31
<i>Validação</i>	33
<i>O Plano de Vida Kadiwéu</i>	35
<i>Etapa 4. Execução</i>	37
<i>Etapa 5. Monitoramento e Avaliação</i>	37
<i>Educação</i>	38
<i>Saúde</i>	42
<i>Território</i>	48
<i>Meio Ambiente</i>	52
<i>Agricultura e Pecuária</i>	56
<i>Cultura</i>	60
<i>Convivência no Território e Relações Interinstitucionais</i>	64
<i>Referências</i>	66



Introdução

O Plano de Vida da Terra Indígena Kadiwéu foi construído por meio do trabalho de campo desenvolvido pela equipe técnica contratada pelo PCA/Mupan e indígenas das aldeias Alves de Barros, Campina, Barro Preto e Tomazia. A presente publicação é um dos produtos destinados à divulgação do Plano de Vida Kadiwéu (Ejiwageji).

O Plano de Vida foi realizado tendo como eixo norteador a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) e os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) de Terras Indígenas, um de seus maiores instrumentos de execução. Foram seguidas etapas e metodologias propostas por essa Política Nacional, incluindo o protagonismo e a autonomia dos povos indígenas.

O protagonismo do Povo Indígena Kadiwéu pode ser notado nesta publicação já em sua ficha técnica, onde os autores são participantes do processo e os direitos autorais são do Povo Kadiwéu.

A publicação apresenta as etapas que foram seguidas para a construção do Plano de Vida: os etnomapeamentos realizados, as imagens coletadas, o planejamento construído e sua validação, as perspectivas futuras de implementação e a avaliação.

Esta introdução apresenta, também, de maneira sucinta a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, essencial para a compreensão da inserção do Plano de Vida no contexto da gestão ambiental em Terras Indígenas no Brasil.



PNGATI

Em 2012 o governo federal editou o Decreto nº 7.747 que instituiu a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Essa política organiza uma das atribuições contidas na Constituição Federal em seu artigo 231, de que o Estado brasileiro é responsável pela demarcação, proteção e garantia dos direitos dos povos indígenas, especificamente no que tange à necessidade de proteger e de garantir o uso fruto exclusivo aos povos indígenas dos recursos presentes em suas Terras Tradicionalmente Ocupadas.

A PNGATI tem o objetivo de “garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas”. Descreve, ainda, que são ferramentas para a gestão territorial e ambiental de terras indígenas, o etnomapeamento e o etnozoneamento, assim especificados no art. 2º do Decreto 7.747/2012:

I – Etnomapeamento: mapeamento participativo das áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, com base nos conhecimentos e saberes indígenas; e

II – Etnozoneamento: instrumento de planejamento participativo que visa à categorização de áreas de relevância ambiental, sociocultural e produtiva para os povos indígenas, desenvolvido a partir do etnomapeamento”.

A PNGATI apresenta, ainda, diretrizes e objetivos específicos dispostos em eixos de atuação que visam orientar os povos indígenas, suas organizações, parceiros e entes federados para a construção de Planos de Gestão Territorial e

Ambiental (PGTA) que busquem aumentar a governança dos povos sobre seus territórios, garantindo autonomia e protagonismo na defesa e no uso dos recursos naturais existentes em seus territórios.

A cartilha “Plano de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – Orientações para Elaboração”, elaborada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2013, destaca que os PGTA são importantes ferramentas para a implementação da PNGATI e devem ser

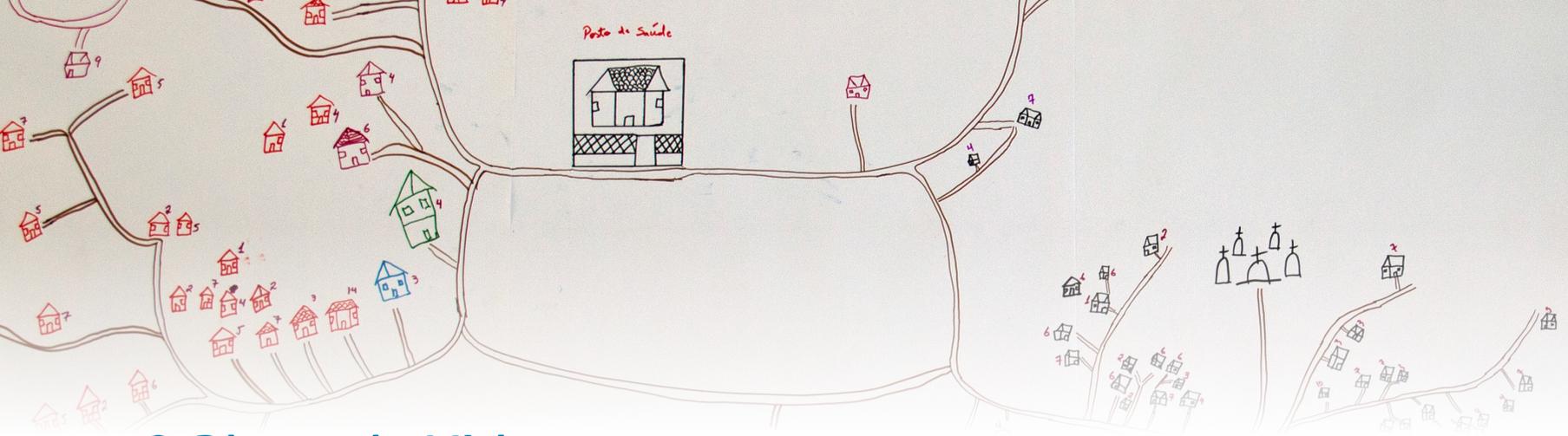
“[...] instrumentos de caráter dinâmico, que visam à valorização do patrimônio material e imaterial indígena, à recuperação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, assegurando a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações indígenas. Esses Planos devem expressar o protagonismo, a autonomia e autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial, bem como ser um subsídio que oriente a execução de políticas públicas voltadas para os povos indígenas” (Funai, 2013: 7).

A construção dos planos de gestão territorial e ambiental facilitam a compreensão sobre os usos dos recursos naturais, auxiliam na negociação de acordos internos sobre esses usos, aumentam a valorização dos conhecimentos tradicionais associados às práticas cotidianas e têm o potencial de produzir visões próprias de proteção, fiscalização e monitoramento territorial e ambiental.

Os processos de construção de planos também são importantes para o aumento da capacidade de diálogo e negociação com atores externos ao contexto das Terras Indígenas, como governo, organizações de apoio e assessoria, e de financiadores.

Os planos, são, ainda, instrumentos de regulação da relação dos Povos Indígenas com o Estado brasileiro, uma vez que apresentam um conjunto de ações e requisitos que devem ser seguidos para a realização de atividades dentro do território planejado, podendo unificar forças entre demandas dos povos e políticas públicas.

Os Planos devem expressar o protagonismo, a autonomia e autodeterminação dos povos na negociação e no estabelecimento de acordos internos que permitam o fortalecimento da proteção e do controle territorial.



O Plano de Vida

A PNGATI foi instituída a partir das demandas dos povos indígenas e construída por meio de consultas e oficinas, sendo desenhada de maneira coletiva e pautada na experiência do que estava em discussão e desenvolvimento em algumas Terras Indígenas.

Em 2009, os Povos Indígenas do Oiapoque realizaram a construção do seu Plano de Vida e o definiram como “uma forma de descrever o que se quer para o futuro, organizar os objetivos e descrever como esperamos que eles sejam alcançados” (APIO, 2009: 10).

Em 2018/2019 o Povo Indígena Kadiwéu constrói seu entendimento de planejamento de gestão do território, dos recursos naturais, da organização social, cultural e econômica de sua Terra Indígena, e opta por denominar essa planificação de futuro de Plano de Vida Kadiwéu (Ejiwageji).

O processo de construção do Plano de Vida seguiu as etapas e utilizou as ferramentas propostas pelo PGTA, mas ainda restam algumas pactuações e complementações a serem realizadas. A nomenclatura utilizada remete ao mesmo desejo que orientou os povos indígenas do Oiapoque: o de garantir a vida e o futuro do seu território e de seu povo. Esta publicação apresenta esse processo, etapas, metodologia e o plano em si.

Espera-se que cada pessoa que tenha a oportunidade de leitura deste Plano de Vida possa compreender um pouco mais sobre o Povo Kadiwéu, sua história, seu território e sua visão de futuro para o território, a cultura e o meio ambiente.

O Povo Kadiwéu

Nós viemos do buraco

“O criador de todas as coisas tendo finalizado sua obra observou que faltava ainda fazer uma coisa: retirar do buraco quem lá havia colocado. Ele então começou a tirar quem havia colocado no buraco.

Primeiro retirou o branco e deu tudo para ele, ferramentas, animais, terra, tudo. Depois retirou os Terena, deu enxada, machado para eles; tirou o Chamacoco; e foi retirando várias etnias e dando para cada uma delas as coisas, ficando o homem branco com a melhor parte e o menor esforço.

Ele estava terminando e havia esquecido do povo que ele considerava o mais amigo dele. Estava indo embora quando o carcará lembrou ele de que esqueceu seu povo principal dentro do buraco. Quando ele voltou chamou, Ejiwajegi, e eles responderam: – Estamos aqui, senhor. Retirou dois casais e dois homens, e como já tinha oferecido tudo aos outros povos que retirou antes, não tinha mais nada para oferecer a não ser a caça, que foi liberada que fizessem, e que eles se tornassem os guardiões da Terra: – Levem a vida de vocês e cuidem da Terra.”

Narrado pelo vice-cacique Gilberto Pires, durante uma das visitas de campo na Aldeia Alves de Barros, o mito da criação traduz a cosmovisão Kadiwéu sobre a criação de seu povo e está fortemente associada ao cuidado com a Terra e a terra. Assim, eles se entendem e se constroem como guerreiros/as que têm a missão, dada pelo criador, de cuidar da Terra e de combater quem mal a ela faz. E, também têm o cuidado da terra, do território como atribuição: zelar pela mata, zelar pelos animais – cada um tem seu nome, seu guardião e o Kadiwéu é o guardião de todas as coisas da natureza. Também nas palavras de Gilberto Pires: “Se eu não preservar a natureza eu não me preservo. Eu faço parte, eu sou esta natureza. Agradeço quem quer preservar a natureza, pois está me preservando, porque eu sou parte desta natureza, sou guardião desta T/terra.”

*“Se eu não preservar a natureza eu não me preservo.
Eu faço parte, eu sou esta natureza”.*

Gilberto Pires



Os Kadiwéu fazem parte do tronco linguístico Guaikuru, sendo os únicos falantes deste tronco no Brasil. O espaço tradicional dos falantes do tronco Guaikuru é o Gran Chaco, que se estende pelo Paraguai, Argentina e Bolívia.

“Os grupos Guaikuru eram os que mais extensamente se distribuíaam no Gran Chaco, compreendendo os Abipon, Mocovi, Toba, Pilagá, Payaguá e os Mbayá, que ocupavam a área mais setentrional. Essas distintas sociedades comportavam várias subdivisões, mas mantinham certa unidade cultural, sobretudo por meio da língua. Antes dos contatos com os não índios, os Guaikuru apresentavam alguma preponderância sobre outros grupos indígenas, e essa tendência recrudescer entre os séculos XVI e XVII, com a introdução do cavalo europeu (*Equus caballus*) na região. Sem esse animal, teria sido praticamente impossível o desenvolvimento do legendário modelo guerreiro dos Mbayá-Guaikuru, conhecidos desde a época colonial como “índios cavaleiros”. Isso possibilitou um aumento do seu território e do seu poderio bélico, pois, com o cavalo, puderam entrar em contato com grupos indígenas mais distantes, de modo a lhes impor uma espécie de subordinação.” (Silva, 2014: 41-42).

Entre 1864 e 1870 os Guaikuru estiveram ao lado brasileiro na Guerra da Triplice Aliança. Como consequência da Guerra houve uma grande diminuição populacional, porém, essa participação resultou, mais tarde, na garantia do seu território pelo Estado brasileiro.

Além da língua exclusiva em território brasileiro, os Kadiwéu possuem um grafismo e arte muito peculiares e distintos de outros grupos indígenas. Sua arte já foi reconhecida por pesquisadores, descrita e exposta em museus internacionais. Até os dias atuais a arte é um grande traço cultural, que une gerações na busca pela transmissão dos conhecimentos e na conservação do território, de onde extraem os recursos naturais necessários à sua feitura.

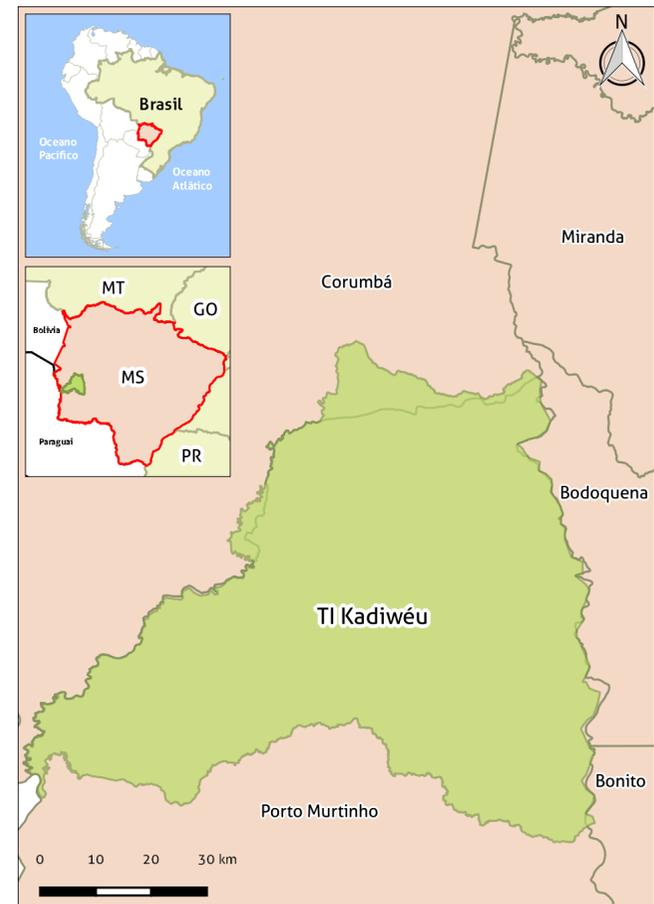
A Terra Indígena Kadiwéu

Uma longa história envolve a demarcação da Terra Indígena Kadiwéu. Em 1899, o presidente do Estado do Mato Grosso Antônio Pedro Alves de Barros, determina a realização da medição do Território, mas somente em 1903, 373.024 ha são destinados aos Kadiwéu.

No entanto, entre os anos de 1957 e 1958, a extensão da área voltou a ser questionada e o poder legislativo do Estado de Mato Grosso solicitou sua redução para 100 mil hectares. Em 1961 a justiça federal deu ganho de causa aos indígenas e em 1981, o Exército realizou nova demarcação física do território que foi finalmente homologado em 1984, por meio do Decreto nº 89.578, assinado pelo então presidente João Figueiredo, com uma área total de 538.536 hectares, sua atual conformação.

A Terra Indígena Kadiwéu está localizada quase em sua totalidade no município de Porto Murtinho, com pequena porção no município de Corumbá, ambos no Estado de Mato Grosso do Sul. É considerada regularizada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) – etapa final de constituição de um território indígena, conforme legislação vigente.

A Terra Indígena possui seis aldeias: **Alves de Barros, Campina, Córrego do Ouro, Tomazia, São João e Barro Preto**, totalizando uma população em torno de 1.200 pessoas. Apesar de plenamente regularizado pela Funai, o território tem sofrido alguns processos de expropriação por fazendas, especialmente, as de criação de gado bovino.



A construção do Plano de Vida Kadiwéu

O trabalho de campo

O trabalho de campo foi realizado entre os meses de abril de 2018 e março de 2019. Período em que foram feitas 12 viagens para as aldeias Alves de Barros, Campina, Tomázia e Barro Preto, além de incursões nas cidades de Miranda, Bodoquena e Bonito.

A equipe técnica esteve baseada em Campo Grande, ponto de partida de todas as viagens. Desta cidade para as aldeias Alves de Barros e Campina há duas rotas possíveis: Campo Grande - Miranda ou Campo Grande - Bodoquena. A mais utilizada foi a que tem a cidade de Miranda como referência para a entrada na Terra Indígena. Miranda está distante 209 km de Campo Grande, de lá até a Terra Kadiwéu são percorridos 89 km em estrada de terra. Esse percurso é marcado pela Serra da Bodoquena e apresenta diversos trechos onde somente carros com tração nas quatro rodas conseguem trafegar. Apesar da pouca distância física, pela dificuldade de alguns locais e sinuosidade da estrada, o trecho é percorrido, de forma segura, em cerca de aproximadamente duas horas.

Da aldeia Alves de Barros para a Aldeia Campina são aproximadamente 10 km que exigem grande cuidado. A estrada é pouco conservada pelo poder público local, e os perigos impostos pela natureza da Serra da Bodoquena aumentam os riscos nesse pequeno trajeto.

As viagens para as Aldeias Tomázia e Barro Preto foram realizadas tendo como primeiro destino a cidade de Bonito. De Bonito até a entrada da reserva são 139,4 km. Para alcançar as duas aldeias é necessário atravessar o rio Aquidabã e aí existe uma grande dificuldade. Há mais de dois anos a ponte que permitia essa travessia caiu e até o momento o poder público estadual não a reconstruiu. No período de seca essa travessia é possível com carro de tração nas quatro rodas. O trecho é pequeno e o rio não é muito profundo, apenas repleto de pedras, necessitando de uma atenção redobrada dos condutores. No período de chuvas é necessário utilizar as canoas deixadas às suas margens para uso de indígenas e visitantes. Por meio de um fio colocado de uma margem a outra desloca-se a canoa com as pessoas e seus pertences.

O carro deve ser deixado à margem do rio sendo necessário combinar, antecipadamente, uma forma de transporte da outra margem até as aldeias. A Aldeia Tomazia é mais próxima, levando cerca de 30 minutos a viagem após a travessia do Aquidabã. A Aldeia Barro Preto, é mais distante, e a viagem tem duração de aproximadamente 1h20min.

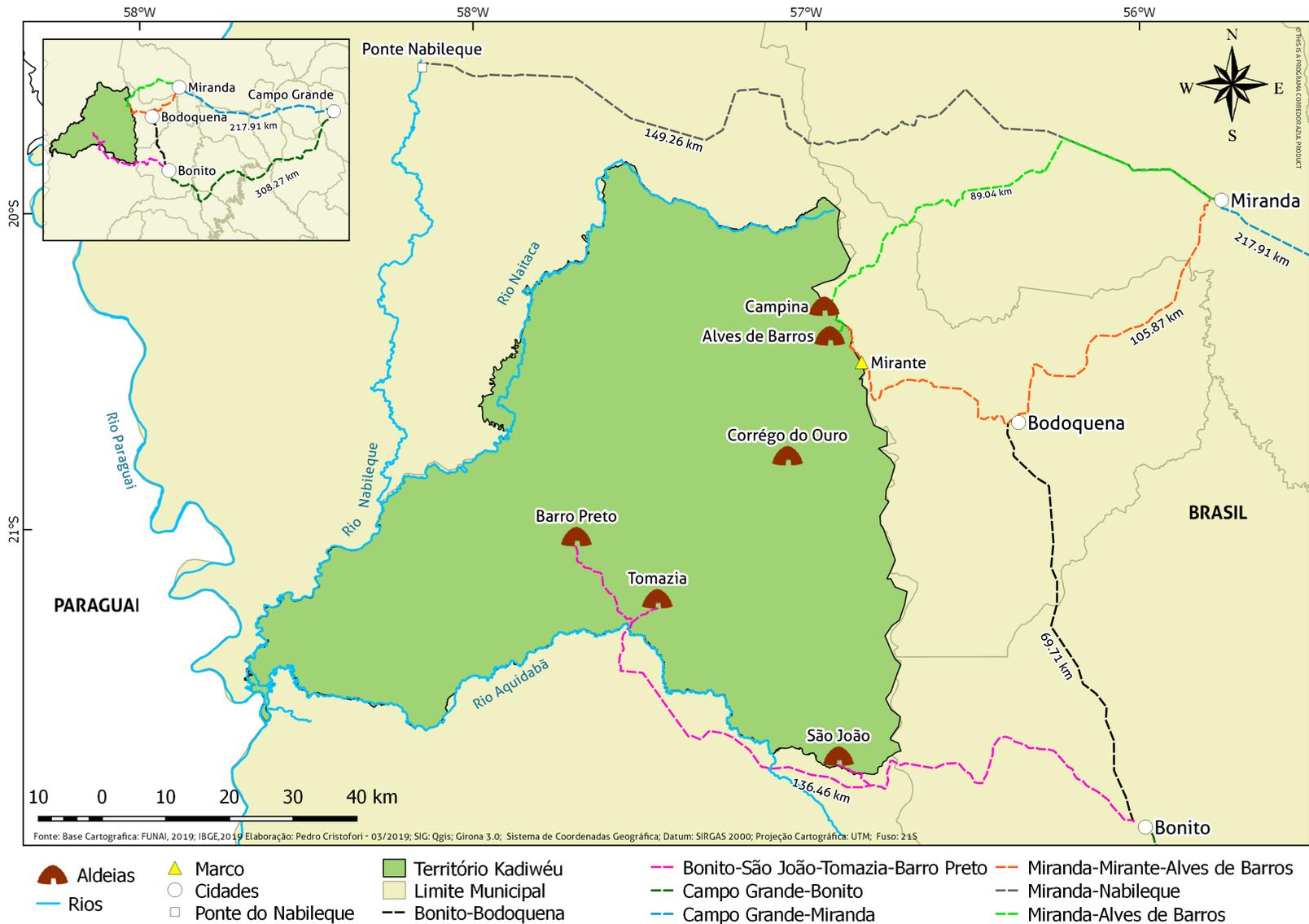
O trajeto entre as Aldeias Alves de Barros, Campina, Tomazia e Barro Preto só pode ser realizado por estradas externas. Não há manutenção das estradas internas à Terra Indígena Kadiwéu. Dessa forma, é sempre necessário, ao sair das aldeias, se deslocar até Bodoquena ou Miranda, ir até Bonito e, a partir desta, chegar às aldeias.

Tais dificuldades de acesso geram maior isolamento de alguns grupos, como as famílias que residem na Aldeia Barro Preto, que têm menos acesso a serviços e equipamentos públicos, equipes muito reduzidas de profissionais qualificados, principalmente nas áreas de saúde e educação. Mas, a distância e a dificuldade de locomoção também acarretam problemas familiares e de manutenção de trocas com outras aldeias.

No processo de construção do Plano de Vida algumas viagens não puderam ser efetivadas, pois as condições naturais do momento – como a travessia do rio Aquidabã – impediram. Outras viagens se mostraram arriscadas, em função de não haver veículo apropriado para o cruzamento de algumas barreiras naturais.

As dificuldades enfrentadas pela equipe técnica durante o período de construção do Plano são as vivenciadas pelos Kadiwéu há mais de 300 anos. Muitas das demandas apresentadas no Plano se relacionam com essas dificuldades e também visam o encurtamento das distâncias e a viabilidade de uma maior integração entre as aldeias, com trocas culturais, sociais e econômicas facilitadas e com um maior monitoramento, conservação e fiscalização do território Kadiwéu.





O Método

A metodologia utilizada para a construção do Plano de Vida seguiu as orientações fornecidas pela Funai para elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas em 2013. Assim, o trabalho foi desenvolvido seguindo as cinco etapas seguintes.

Etapa 1. Sensibilização e Mobilização

Etapa 2. Diagnóstico

Etapa 3. Planejamento

Etapa 4. Execução

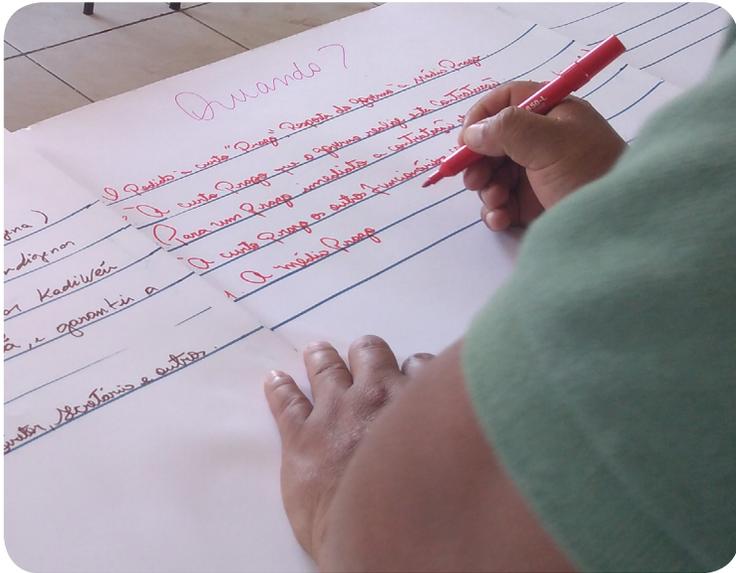
Etapa 5. Monitoramento e Avaliação



Etapa 1. Sensibilização e Mobilização

Fase de envolvimento das aldeias e dos diferentes segmentos (homens, mulheres, jovens, idosos, dentre outros) para o entendimento do que é um plano de gestão, os principais usos, objetivos e para o próprio processo de construção e execução de suas ações. Momento de reforçar que a construção do planejamento vem atender demandas já existentes na Terra Indígena e a sensibilização e mobilização se faz importante para mapeamento de participantes e das lideranças indígenas que serão responsáveis por todo o processo de planificação, incluindo a execução e avaliação.

Essa etapa foi realizada por meio de reuniões nas aldeias, visitas da coordenação da Mupan/PCA e diálogo com lideranças e gestores governamentais. Mobilizou os grupos para a participação nos momentos seguintes de diagnóstico e planificação. A partir dessa fase foi possível entender a dinâmica espacial de distribuição das aldeias no território, a organização político-social que seguem e suas interrelações, bem como definir, com protagonismo dos Kadiwéu, quais delas estariam prontas para participar naquele momento e quais, por razões que fugiam à governabilidade, não poderiam ser incluídas.



Etapa 2. Diagnóstico

Fase de realização de um diagnóstico profundo da situação atual da Terra Indígena. Podendo ser realizado por meio de diagnóstico participativo (levantamento e análise de informações a partir do diálogo intercultural) e/ou por meio do etnomapeamento (representação espacial do território a partir dos povos indígenas e de seus elementos próprios).

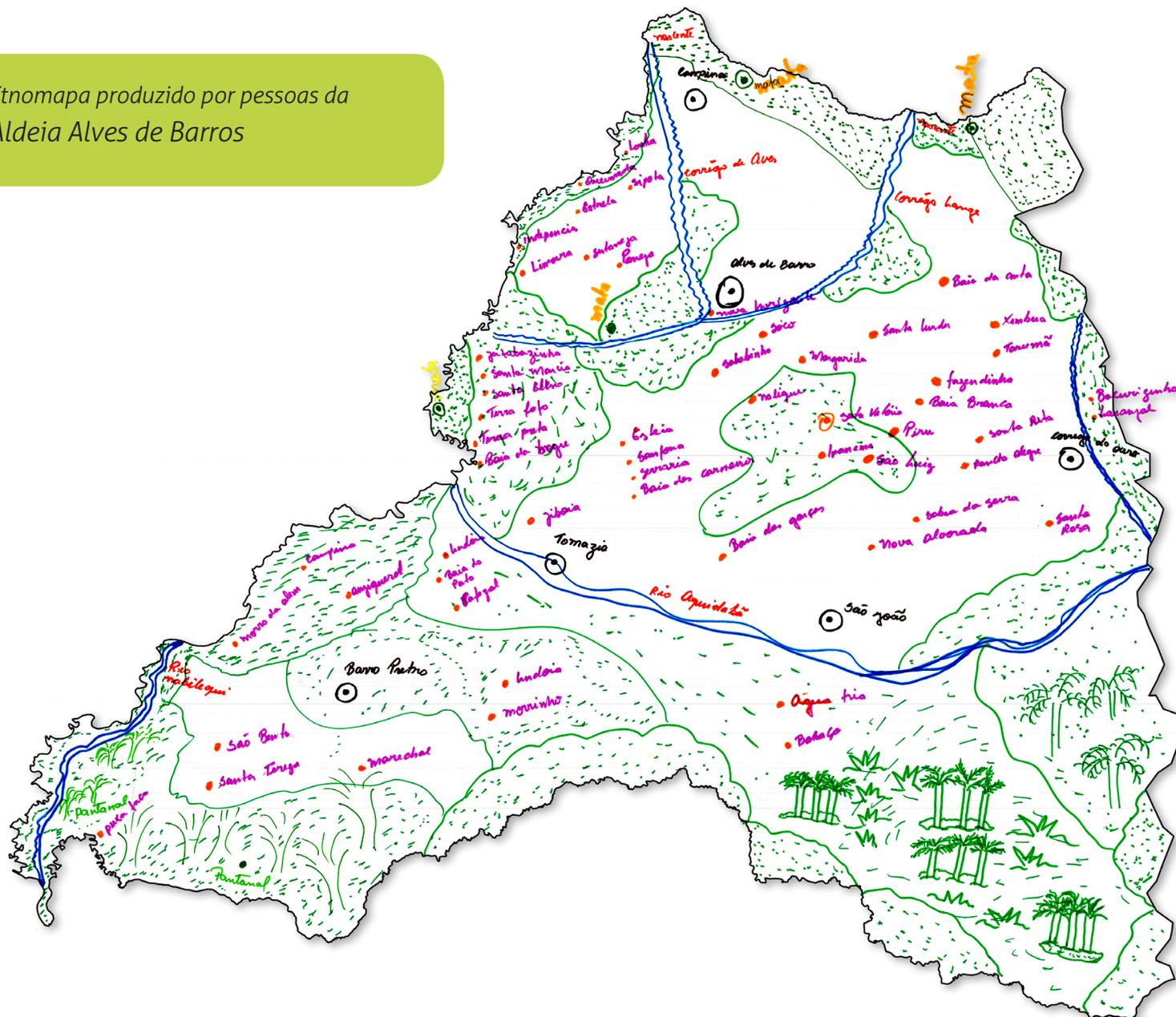
Os Kadiwéu optaram pela realização da etapa de diagnóstico por meio da elaboração de etnomapas. Foram então construídos mapas que buscaram primeiro a distinção da percepção das aldeias sobre o território que ocupam e depois um aprofundamento utilizando mapas temáticos sobre as aldeias e modos de viver e estar no território.

Os mapas de percepção do território foram construídos partindo de uma folha com o contorno da Terra Indígena Kadiwéu. Nessa figura cada uma das aldeias foi convidada a desenhar como via o território, onde estavam localizadas as aldeias, quais locais eram importantes, se havia rios, estradas, limites e invasores.

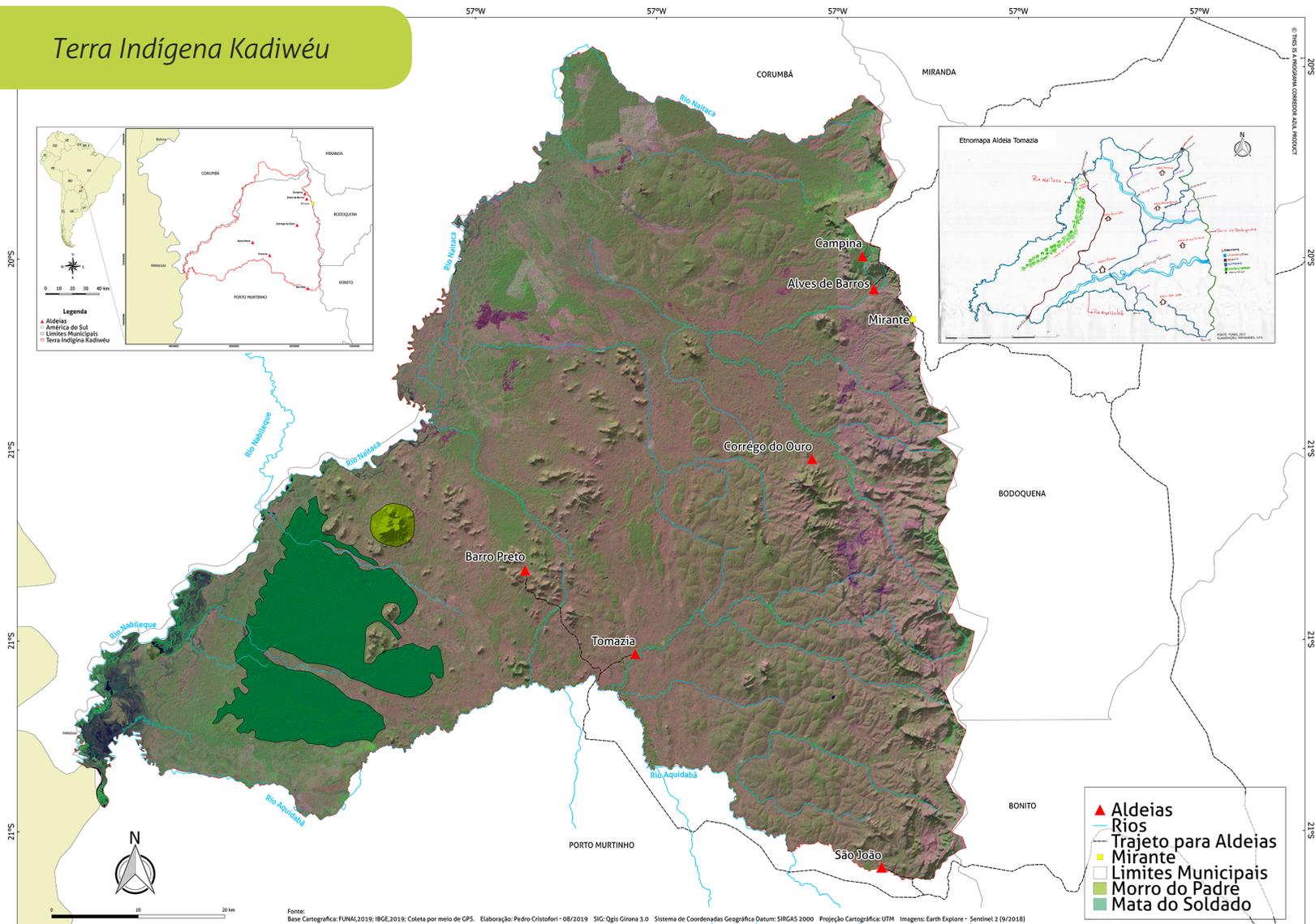
Foram produzidos mapas extremamente distintos que dialogavam com a percepção geral do território, com a inserção das aldeias no território como um todo, nas relações de proximidade e distância entre as mesmas, na conservação de locais e uso de áreas comuns, nos invasores e/ou agressores, e nas áreas de retomada.

Tomando como base estes primeiros mapas produzidos pelos Kadiwéu foram realizados mapeamentos de cada uma das aldeias com detalhamento da localização das casas, equipamentos públicos, igrejas, locais importantes, cemitérios e o que mais entendessem que era importante para seus modos de viver e reproduzir, formas de ocupação territorial, modos de vida e produção, meio ambiente, fontes de água e locais de acesso de recursos naturais.

Etnomapa produzido por pessoas da
Aldeia Alves de Barros



Terra Indígena Kadiwéu



Os mapas produzidos foram importantes para o diagnóstico atual das aldeias e da Terra Indígena e balizaram o momento posterior de planificação de ações, que foram sendo pensadas a partir dos problemas levantados e das necessidades que entendem ainda existentes no território e que impedem sua completa sustentabilidade, seja social, econômica, cultural ou ambiental.

Após a construção dos mapas foi realizada uma etapa de percorrer o território e cobrir os pontos destacados nos etnomapas para fazer o georreferenciamento de cada um dos locais, como casas, escolas, postos de saúde, fontes de água, cemitérios e campos de futebol, dentre outros. Esse trabalho gerou um mapa georreferenciado das aldeias participantes do processo de construção do Plano de Vida. No mapa a seguir é possível visualizar todos os locais que foram priorizados na construção dos etnomapas.

Ainda dentro da etapa de diagnóstico o trabalho do etnomapeamento foi finalizado com a utilização de drone para captação de imagens das cartografias produzidas em cada uma das aldeias.

Resumindo, a etapa de diagnóstico foi realizada seguindo os seguintes passos:

1. Construção de etnomapas com a percepção de cada aldeia sobre a Terra Indígena Kadiwéu;
2. Construção de etnomapas com detalhamento das aldeias e do uso do território;
3. Coleta de dados para georreferenciamento dos locais destacados nos etnomapas das aldeias e usos do território;
4. Captação de imagens das aldeias e pontos importantes no território destacados nos etnomapas.



Etapa 3. Planejamento

Essa etapa consiste no planejamento e priorização de ações e projetos que busquem viabilizar a resolução de problemas identificados na fase anterior de diagnóstico. Para sua concretização pode ser necessária a pactuação de acordos internos e externos que devem ser realizados a partir da autonomia dos povos e das organizações indígenas, podendo contar com parcerias de outras organizações sociais ou órgãos públicos, quando e se solicitados. Embora não seja de uso obrigatório, uma ferramenta que pode ser utilizada é a do etnozoneamento indígena.

Na Terra Indígena Kadiwéu a etapa de planejamento ocorreu tomando como base os diagnósticos realizados e o levantamento de temas prioritários que cada uma das aldeias gostaria de ver refletido em seu plano de gestão. Dessa forma o Plano de Vida conta com sete eixos temáticos: Educação, Saúde, Território, Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária, Cultura e Convivência no Território e Relações Interinstitucionais.

Essa fase foi finalizada com o retorno às aldeias Alves de Barros, Campina, Tomazia e Barro Preto para apresentar a sistematização dos planejamentos realizados em cada uma delas visando posterior processo de validação do Plano pelos Kadiwéu. Validação esta que ocorreu em março de 2019. A planificação reproduzida neste documento respeita as decisões coletivas das comunidades

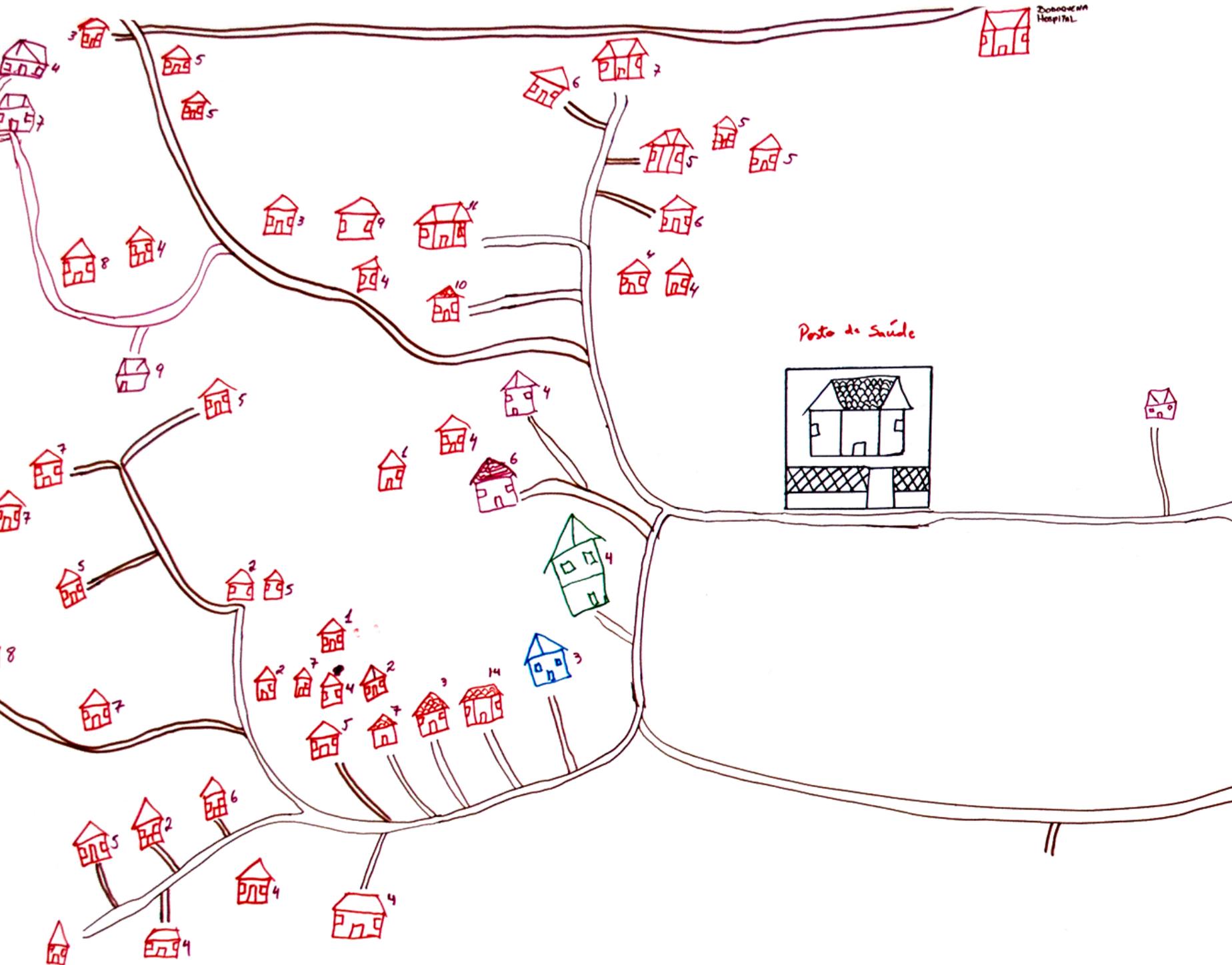
O resultado das etapas até aqui, culminou no Plano de Vida do Território Indígena Kadiwéu, um documento vivo que representa os desejos e perspectivas da comunidade, documento esse que pode ser alterado conforme necessidade do seu povo, que apresenta ações fundamentais identificadas, descritas com todo o plano de ação, atores e período, e outras que estão em construção, para ser pensado pelos seus atores na busca de parcerias e viabilidades.





Validação

Entre os dias 28 e 29 de março de 2019, as lideranças do TI Kadiwéu validaram o Plano de Vida. Esse é um importante momento onde o Plano é apresentado, analisado e validado pelas lideranças das comunidades percorridas ao longo do processo. Nessa etapa, a equipe de facilitação percorreu as quatro aldeias com a presença da Funai, e na Aldeia Barro Preto, contou com participação de representantes municipais de Porto Murinho.



Hospital

Posto de Saúde

O Plano de Vida Kadiwéu

Antes de apresentar o Plano de Vida Kadiwéu é necessário destacar que algumas atividades presentes em cada um dos eixos temáticos foram organizadas de maneira a relatar fielmente o que foi definido pelos indígenas durante o processo de construção do planejamento. Isso resulta em que algumas atividades poderão parecer longas ou muito detalhadas, mas espelham o anseio exposto por cada uma das aldeias no momento da escrita da planificação. Esta publicação cumpre o papel de se manter como reprodutora dos anseios do Povo Indígena Kadiwéu e não como uma tradução dos mesmos.

O plano está organizado em colunas que se referem: às ações que devem ser feitas; às formas de realização; ao tempo para execução; e às parcerias/responsabilidades para a execução. Ressalte-se que algumas ações foram destacadas como importantes de serem realizadas, mas ainda restaram dúvidas sobre qual a melhor forma de execução, prazos e parceiros. Assim, foram mantidas na finalização do Plano, ainda que necessitem ser revisitadas durante a execução do mesmo.

Os Kadiwéu optaram por construir um planejamento com temporalidade máxima de execução de suas ações de dois anos (24 meses):

TIPO DE PRAZO	TEMPO DO PRAZO
Imediato	Até 2 meses
Curto	Até 6 meses
Médio	De 6 a 18 meses
Longo	Até 24 meses (acima de 18 meses)



Etapa 4. Execução

Etapa de implementação das ações planejadas anteriormente, tanto as que resultam em acordos internos entre os indígenas quanto as que necessitam de acordos externos e aportes de recursos de outras fontes além dos recursos próprios.

No caso do Plano de Vida Kadiwéu essa etapa está em fase inicial de implementação. Acordos de parceria estão sendo firmados, projetos com parceiros externos sendo iniciados e capacitação/formação para questões decididas nos acordos internos sendo viabilizada.

Essa etapa é fundamental para a manutenção do Plano como elemento vivo e balizador do processo de autogestão territorial e ambiental e depende, muitas vezes, de aportes de recursos financeiros de parceiros governamentais, não governamentais e da cooperação internacional.

Esta publicação cumpre também o papel de apresentar o Plano de Vida Kadiwéu ao público externo, dando visibilidade às demandas, bem como regulando a relação com a sociedade brasileira e a internacional, além de ser instrumento para a captação de recursos para sua implementação. A etapa de execução está apenas começando e os Kadiwéu necessitam de todo tipo de apoio, incluindo financeiro, para sua implementação.

Etapa 5. Monitoramento e Avaliação

Etapa que ocorre de maneira contínua desde o início do processo de construção do Plano, seguindo em sua implementação. Nesse sentido, apesar das distâncias físicas, tem-se buscado o diálogo mais próximo entre as aldeias, prevalecendo o entendimento de que se não houver uma boa governança sobre o Plano, este será apenas um instrumento sem vida, sem alma, deixando de existir e ter sentido para o Povo Kadiwéu.

Educação



O QUE Criação (reconhecimento) da escola de nível médio como polo da Terra Indígena	COMO	Por meio do reconhecimento do Estado de que a escola é o polo de ensino médio do território
	QUANDO	Curto prazo – realizar o pedido junto ao Estado Médio prazo – Reconhecimento pelo Estado
	COM QUEM	Mobilização da própria comunidade Governo do Estado reconhecer e aceitar o pedido da comunidade
O QUE Realizar concurso diferenciado para a escola, aumentando o quadro de professores E funcionários Kadiwéu para a escola estadual	COMO	O Estado realizar o concurso diferenciado e específico para a etnia Kadiwéu, para contratação dos professores e funcionários indígenas
	QUANDO	Curto prazo
	COM QUEM	Mobilização da própria comunidade Governo do Estado reconhecer e aceitar o pedido da comunidade
O QUE Viabilizar transporte escolar para estudantes da escola municipal e estadual	COMO	O Estado ou município comprar o transporte escolar, contratar o motorista indígena, e garantir a manutenção e combustível
	QUANDO	Médio prazo
	COM QUEM	Mobilização da própria comunidade Governo do Estado reconhecer e aceitar o pedido da comunidade

O QUE Garantir que a equipe de administração da escola estadual será formada por profissionais Kadiwéu	COMO	O Estado contratar equipe de administração, como: diretoria, secretaria e funcionários
	QUANDO	Médio prazo
	COM QUEM	Mobilização da própria comunidade Governo do Estado reconhecer e aceitar o pedido da comunidade

O QUE Criação de cursos de ensino superior: Pedagogia, cursos da área de saúde, de ciências ambientais e de ciências agrárias dentro da Aldeia Alves de Barros, como campi externo (extensão). Pode ser da universidade federal ou da estadual	COMO	Viabilizar junto ao Governo do Estado e/ou ao Governo Federal
	QUANDO	Médio prazo
	COM QUEM	Mobilização da própria comunidade Governo do Estado reconhecer e aceitar o pedido da comunidade

O QUE Sala específica para educação infantil, com equipamentos adequados (livros, brinquedos...)	COMO	Reconhecimento do município da necessidade de equipar a sala
	QUANDO	Imediato – pedido Curto prazo – realização da compra dos equipamentos
	COM QUEM	Governo Municipal

O QUE Contratar um auxiliar indígena para professor da educação infantil	COMO	Contratação pelo município do auxiliar
	QUANDO	Imediato – pedido Curto prazo – contratação
	COM QUEM	Governo Municipal

O QUE Ampliação das bolsas para alunos universitários, garantindo que todos recebam	COMO	Ampliar recursos dos governos para garantir bolsas a todos alunos
	QUANDO	Médio prazo
	COM QUEM	Articulação dos Povos Indígena Nacional (APIB) e estadual Mobilização da própria comunidade Governo do Estado reconhecer e aceitar o pedido da comunidade

O QUE Manter a escola da Aldeia Barro Preto	COMO	Aumentando o número de professores (ao menos +3) e o número de salas de aula (+3); separar a cozinha da sala de aula e do banheiro (as estruturas estão todas muito próximas)
	QUANDO	Médio prazo
	COM QUEM	Governo Municipal

O QUE		

Saúde



O QUE Construção ou aluguel de Casa de apoio em Bodoquena, Bonito e em Porto Murtinho	COMO	Por meio de solicitação ao Governo Federal, Sesai/DSEI
	QUANDO	Imediato – pedido da comunidade Médio prazo – resposta do Governo Federal
	COM QUEM	Mobilizar as pessoas que já atuam na área da saúde Governo Federal

O QUE Aquisição de ambulância	COMO	Por meio de solicitação ao Governo Federal, Sesai/DSEI
	QUANDO	Imediato – pedido da comunidade Médio prazo – resposta do Governo Federal
	COM QUEM	Mobilizar as pessoas que já atuam na área da saúde Governo Federal

O QUE Plantão médico nas aldeias	COMO	Por meio de solicitação ao Governo Federal, Sesai/DSEI
	QUANDO	Imediato – pedido da comunidade Médio prazo – resposta do Governo Federal
	COM QUEM	Mobilizar as pessoas que já atuam na área da saúde Governo Federal

O QUE Sala de emergência com equipamentos	COMO	Por meio de solicitação ao Governo Federal, Sesai/DSEI
	QUANDO	Imediato – pedido da comunidade Médio prazo – resposta do Governo Federal
	COM QUEM	Mobilizar as pessoas que já atuam na área da saúde Governo Federal

O QUE Contratação de obstetra e nutricionista	COMO	Por meio de solicitação ao Governo Federal, Sesai/DSEI
	QUANDO	Imediato – pedido da comunidade Médio prazo – resposta do Governo Federal
	COM QUEM	Mobilizar as pessoas que já atuam na área da saúde Governo Federal

O QUE Contratação de funcionários indígenas, incluindo o setor administrativo	COMO	Por meio de solicitação ao Governo Federal, Sesai/DSEI
	QUANDO	Imediato – pedido da comunidade Médio prazo – resposta do Governo Federal
	COM QUEM	Mobilizar as pessoas que já atuam na área da saúde Governo Federal

O QUE Contratação de coordenador de polo base de Bodoquena que não seja do quadro, seja indígena Kadiwéu apto para exercer o cargo	COMO	Por meio de solicitação ao Governo Federal, Sesai/DSEI
	QUANDO	Imediato – pedido da comunidade Médio prazo – resposta do Governo Federal
	COM QUEM	Mobilizar as pessoas que já atuam na área da saúde Governo Federal

O QUE Sala de observação	COMO	Por meio de solicitação ao Governo Federal, Sesai/DSEI
	QUANDO	Imediato – pedido da comunidade Médio prazo – resposta do Governo Federal
	COM QUEM	Mobilizar as pessoas que já atuam na área da saúde Governo Federal

O QUE Aumentar o número de agentes de saúde (aumentar em mais duas vagas)	COMO	Por meio de solicitação ao Governo Federal, Sesai/DSEI
	QUANDO	Imediato – pedido da comunidade Médio prazo – resposta do Governo Federal
	COM QUEM	Mobilizar as pessoas que já atuam na área da saúde Governo Federal

O QUE Estimular os jovens a ingressarem em cursos na área de saúde	COMO	Com a comunidade, própria população, professores nas escolas
	QUANDO	Imediato
	COM QUEM	Com a comunidade

O QUE Manter a boa saúde das crianças e dos idosos	COMO	Fazendo prevenção: vacinas, exames, cuidados
	QUANDO	Sempre
	COM QUEM	Profissionais de saúde e com a própria comunidade

O QUE Manter o bom funcionamento do Posto de Saúde e o técnico de enfermagem residindo na Aldeia Barro Preto	COMO	Aumentando o número de profissionais no Posto, como: nutricionista, dentista, psicóloga
	QUANDO	Médio a longo prazo Para todas as aldeias
	COM QUEM	Governo Federal (Sesai) e Polo base de Bonito

O QUE Melhoria de deslocamento para atendimento de saúde	COMO	Carro e combustível para o atendimento da saúde
	QUANDO	Imediato
	COM QUEM	Funai/Governo Municipal

O QUE Medicamentos, facilitar o acesso	COMO	Convênio com farmácias em Bonito para compra subsidiada de medicamentos
	QUANDO	Imediato
	COM QUEM	SESAI

O QUE Manutenção e transmissão da saúde tradicional indígena	COMO	A definir
	QUANDO	Contínuo
	COM QUEM	Com a comunidade

O QUE		



Território

ACIRK
MARCA DE DIVISA DE
APOIO A ODA FUNAI
19
PROTEGIDO POR LEI

ACIRK ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS DA
RÉSERVA KADIWÉU
FUNAI AUTORIZAÇÃO TÉCNICA Nº 48-05 1991

O QUE Contratação de guarda noturno indígena Kadiwéu para vigilância na Aldeia Alves de Barros	COMO	Criação de normas pela comunidade Contratação de guarda com recurso do ICMS-Ecológico
	QUANDO	Imediato para a construção das normas Médio prazo para a contratação de guarda
	COM QUEM	Com a comunidade Governo Municipal por meio dos recursos do ICMS - Ecológico

O QUE Manutenção das estradas (municipais e estadual)	COMO	Contratação de máquinas para fazer a manutenção Sinalização dos caminhos para as Aldeias por meio de placas
	QUANDO	Imediato para a contratação de maquinário para melhoria das estradas e colocação das placas de sinalização
	COM QUEM	Governos Municipal Estadual

O QUE Construção da ponte do rio Aquidabã - urgentemente	COMO	A definir
	QUANDO	Imediato
	COM QUEM	A definir

O QUE Iluminação pública	COMO	Instalação de postes de iluminação pública no centro da Aldeia
	QUANDO	Imediato
	COM QUEM	Governo Municipal

O QUE Fiscalização do Território	COMO	Construção de um posto de vigilância Contratação da equipe de fiscalização (Kadiwéu) Aquisição de Drone Capacitação para utilização do equipamento Troca de experiências com outros povos indígenas
	QUANDO	Médio prazo para a construção do posto de fiscalização Imediato para aquisição do Drone com recursos do ICMS – Ecológico Curto prazo para contratação e capacitação da equipe Contínua para a troca de experiências com outros povos indígenas
	COM QUEM	Com a comunidade, com apoio do recurso do ICMS - Ecológico e parceria com a Funai

O QUE Implantação de rádio comunitária em todas as aldeias para a melhor integração das mesmas	COMO	Aquisição dos equipamentos e capacitação para o manuseio
	QUANDO	A definir
	COM QUEM	A definir

O QUE Criação de centros comunitários nas aldeias	COMO	Construção de espaço para convivência e festas das comunidades
	QUANDO	A definir
	COM QUEM	A definir

O QUE Construção de padaria comunitária	COMO	Construção de padaria e plano de comercialização
	QUANDO	Curto prazo Tomazia e Barro Preto
	COM QUEM	Comunidade e projeto de apoio

O QUE Construção de quadras para a prática de esportes nas aldeias	COMO	Construção das quadras e aquisição de equipamentos e materiais esportivos
	QUANDO	A definir
	COM QUEM	A definir

O QUE Aquisição e manutenção de veículos para realizar a fiscalização do território	COMO	A definir
	QUANDO	A definir
	COM QUEM	A definir

O QUE Controle e fiscalização de bovinos e equinos que adentram o território e não são dos Kadiwéu	COMO	A definir
	QUANDO	A definir
	COM QUEM	A definir

O QUE Construção de casas populares com arquitetura Kadiwéu	COMO	A definir
	QUANDO	A definir
	COM QUEM	A definir

Meio Ambiente



O QUE Preservação das nascentes de água	COMO	Recuperação da área degradada Educação ambiental
	QUANDO	Imediato e contínuo para Educação Ambiental Longo prazo para a recuperação da área degradada
	COM QUEM	Com a comunidade, com apoio do recurso do ICMS - Ecológico
O QUE Manutenção da equipe do Prevfogo	COMO	Garantia da contratação da equipe do Prevfogo de forma efetiva
	QUANDO	Imediato
	COM QUEM	Com a comunidade, com apoio do recurso do ICMS - Ecológico
O QUE Conservação do meio ambiente	COMO	Resgate de algumas árvores nativas e construção de um mudário: pindo, pau-santo, cedro, angelim, pinca, aroeira, jenipapo Conservação da mata do soldado sem alteração
	QUANDO	Contínuo
	COM QUEM	Com a comunidade
O QUE Manutenção da caça e a pesca	COMO	Conservação do ambiente do território para sempre ter caça e pesca. Não pode matar tudo, tem que deixar para reproduzir
	QUANDO	Sempre
	COM QUEM	Com os homens da comunidade

O QUE Introdução do pausanto no Território e realização do manejo nas áreas de coleta	COMO	Assistência técnica. Verificação da melhor área para introdução dentro do Território
	QUANDO	A definir
	COM QUEM	A definir

O QUE Introdução da canabrava no Território. Importante para a construção de arco e flecha	COMO	Assistência técnica
	QUANDO	A definir
	COM QUEM	A definir

O QUE		

O QUE		



Agricultura e Pecuária



O QUE Incentivo à produção agropecuária	COMO	Aquisição de máquinas e equipamentos, manutenção Assistência técnica para: agricultura, agroecologia, meliponicultura, caprinocultura, pecuária, piscicultura Criação de uma estufa para plantas e flores Comercialização da produção para órgãos governamentais: PNAE, PAA, Exército, Universidades
	QUANDO	Imediato - para aquisição de máquinas e equipamentos Imediato - para contratação de ATER Médio prazo - para construção da estufa Médio prazo - para a comercialização para órgãos governamentais
	COM QUEM	Governos Municipal, Estadual e Federal
O QUE Aumento da criação de aves e de cavalos	COMO	Assistência técnica para aumentar a produção de animais domésticos (como aves e cavalos)
	QUANDO	Médio a longo prazo
	COM QUEM	Governos Estadual e Federal
O QUE Incentivo e apoio à criação de gado leiteiro	COMO	Assistência técnica para a criação do gado e cursos para produção e comercialização de queijo
	QUANDO	A definir
	COM QUEM	A definir

O QUE Formação de agroindústria (despolpadeira de frutas, casa de farinha...)	COMO	Assistência técnica, construção e aquisição de equipamentos. Elaboração de plano de negócios para comercialização da produção
	QUANDO	A definir
	COM QUEM	A definir

O QUE Construção e implementação de hortas e pomares comunitários	COMO	Assistência técnica e aquisição de material, mudas e sementes para a implementação
	QUANDO	Curto prazo
	COM QUEM	Governo Municipal

O QUE		

O QUE		



Cultura



O QUE Manter a cultura e a língua	COMO	A língua se mantém começando dentro de casa A cultura, preservando as comemorações de 19 de abril e as outras festas que fazem parte da cultura, como a festa da moça
	QUANDO	Sempre
	COM QUEM	Com a comunidade
O QUE Melhorar o artesanato	COMO	Cerâmica – troca de experiências com outras aldeias
	QUANDO	Curto a médio prazo
	COM QUEM	Aldeias Barro Preto, Tomazia e Alves de Barros
O QUE Melhorar o artesanato	COMO	Colares – aprender técnicas de conservação das sementes
	QUANDO	Curto a médio prazo
	COM QUEM	Aldeias Barro Preto, Tomazia e Alves de Barros
O QUE Melhorar o artesanato	COMO	Cestaria – aprender técnica para começar o trabalho de trançado com o pindó
	QUANDO	Curto a médio prazo
	COM QUEM	Com a comunidade Barro Preto e Tomazia

O QUE Melhorar o artesanato	COMO	Elaboração de um projeto de plano de negócios para a comercialização dos artesanatos
	QUANDO	Longo prazo
	COM QUEM	Governos/ONGs

O QUE Transmissão dos conhecimentos de parteira	COMO	Dona Jussara e Dona Madalena - repassando o conhecimento que têm como parteiras tradicionais
	QUANDO	Médio a longo prazo
	COM QUEM	Com a comunidade Tomazia e Barro Preto

O QUE		

O QUE		



Convivência no Território e Relações Interinstitucionais



O QUE Manutenção da boa convivência	COMO	Aumentando o número de pessoas/parentes na aldeia, com a mesma boa relação
	QUANDO	Longo prazo/sempre
	COM QUEM	Com a comunidade

O QUE Manutenção da Aldeia sem a presença das drogas	COMO	Por meio da educação, diálogo da comunidade
	QUANDO	Sempre
	COM QUEM	Com a comunidade

O QUE Aproximação do chefe da Funai para diálogo na Aldeia	COMO	Tornar rotina mensal a visita do chefe da Funai à Aldeia
	QUANDO	Imediato
	COM QUEM	Funai

O QUE Ajustamento de compromisso do município para atendimento dos indígenas na Aldeia, como acontece nas outras	COMO	Trazer os órgãos de assistência social do município para atendimentos na aldeia (como o Cras, Justiça Eleitoral, fornecimento de documentação básica – certidões, RG, CPF)
	QUANDO	Sempre Com periodicidade de seis meses para as visitas
	COM QUEM	Governo Municipal

O QUE		



Referências

- APIO - Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque. 2009. Plano de vida dos índios e organizações indígenas do Oiapoque. Oiapoque: APIO, Brasil.
- Brasil. 2012. Decreto n. 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI, e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acessado em: 30 abr. 2018.
- Funai. 2013. Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração. Brasília, Brasil.
- Silva, G. J. 2014. A reserva Indígena Kadiwéu, 1899-1984: memória, identidade e história. UFGD, Dourados. Brasil.



**Wetlands International
Brasil**

Rua do Marco, 1160, Vilas Boas
CEP 79.051-191
Campo Grande - MS - Brasil
+55 67 3045 5456
corredor_azul_pantanal@mupan.org.br
corredorazulpantanal.org



Consortio
TICCA

Consortio TICCA

www.iccaconsortium.org
info@iccaconsortium.org
facebook.com/ICCA-Consortium
[@ICCAConsortium](https://twitter.com/ICCAConsortium)

ISBN 978-85-69786-04-7



9 788569 786047

Esta publicação foi realizada no âmbito do Programa Corredor Azul da Wetlands International, financiada por

club ecology